

As Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do M.S.T.*

Zilda Márcia Gricoli Iokoi **

RESUMO

Este artigo trata do capitalismo brasileiro e suas transformações a partir dos anos 1950, e das lutas sociais que se produziram no sul do país, que deram origem ao Movimento dos Sem Terra.

ABSTRACT

This article deals with Brazilian capitalism and its transformations since the 1950s, focusing on the social struggles in Rio Grande do Sul and on the origins of the Movimento dos Sem Terra (Landless People's Movement).

O MODELO CONCENTRADOR

Para tratar das lutas camponesas no Brasil atual é preciso referenciar-se a análise dos projetos de desenvolvimento econômico, que, a partir dos anos 50, desviaram o eixo da agricultura tradicional, condicionando os novos investimentos preferencialmente à área de desenvolvimento industrial, com objetivo de superar a combinação entre o modelo primário exportador e o modelo de substituição de importações. Iniciava-se uma concepção apoiada pelo pensamento Cepalino, na qual a industrialização "a qualquer custo" seria o caminho natural para romper com o passado arcaico e colocar o país em plena modernidade.

Projetos como os de Celso Furtado para a SUDENE, ou mesmo os lobbies liberais encabeçados por Roberto Campos, apoiavam, cada qual a seu modo, a transformação da agricultura e a formulação de uma nova política que, pelo menos no discurso, deveriam torná-la apêndice da indústria nacional ou transnacional.

* Movimento dos Sem Terra.

** Profa. do Departamento de História/USP. Autora da tese: *Igreja e Camponeses: a Teologia da Libertação e os Movimentos Sociais no Campo — Brasil-Peru — 1964/1986.*

Ao longo da década de 1950, inúmeros esforços foram feitos no sentido de eliminar o domínio exclusivo das oligarquias tradicionais na agricultura brasileira, ao mesmo tempo em que a questão regional destacava-se como problema a ser equacionado. Ela envolvia interesses de grupos econômicos ou mesmo políticos com objetivos de domínio mais amplo, dado que:

1 — a excessiva concentração fundiária até então existente no país, fazia com que a terra, enquanto fator de capital, passasse a ser disputada por outros segmentos, que pretendiam, através dela, obter incentivos fiscais, domínio da infra-estrutura mineralógica ou controle das fronteiras nacionais. Esse dado pode ser avaliado pelos resultados do Censo de 1950, onde aparecem:

ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO	% DO Nº DE ESTABELECIMENTO DE CADA CATEGORIA	% DA ÁREA OCUPADA POR CATEGORIA NA ÁREA TOTAL
de menos de 100 ha (pequenos)	85	17
de 100 a menos de 200 ha (médios)	6	8
acima de 200 ha (grandes)	9	75

Apud PRADO, Caio Junior. *A questão agrária*, 3ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, p. 16.

Essa proporção, onde 9% dos estabelecimentos agropecuários ocupavam 75% da área agricultável, tornava patente a concentração fundiária, mas também o monopólio da terra por um setor de baixa participação no processo de acumulação capitalista. “Tal estrutura de distribuição da propriedade fundiária, aliada à circunstância de que a grande propriedade ocupa as terras mais favoráveis, seja pela localização, ou pelas propriedades naturais”¹, tornava esse setor produtivo cobiçado pelos empresários, especuladores, grileiros, banqueiros etc. Não tanto por

¹ PRADO, Caio Júnior. *A questão agrária*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

sua potencialidade agrícola, situação de fato importante nas regiões Sul/Sudeste, mas por todas as vantagens existentes no domínio do setor, num país onde a renda da terra passava a ser entendida como vantagem política e não apenas como atraso.

Nessa perspectiva, a reprodução ampliada do capital disputava através do “movimento das reformas de base” o deslocamento de setores monopolistas da renda fundiária, uma vez que ela permitia o uso das formas coercitivas da extração da *mais valia* e também do *lucro*², pois a reprodução ampliada envolve produção de valor e sua distribuição. Nesse sentido, ao projetar um modelo de desenvolvimento industrial com bases no aporte da economia transnacional, era necessária a apropriação das estruturas históricas e sua submissão à lógica da reprodução e não, como pensaram economistas, sociólogos, planejadores, a eliminação da *herança colonial* como fundamento do *novo* (velho) padrão de acumulação.

Estava clara a dimensão de reafirmação das estruturas tradicionais, uma vez que foi pelos incentivos fiscais que os ramos da produção industrial ou de especuladores se apropriaram de parcelas de terras no Norte/Nordeste ou Centro-Oeste do país.

Definida como a região mais atrativa pelos projetos geopolíticos dos militares, que aprofundaram as reformas dos anos 50, a Amazônia Legal tornou-se uma espécie de “colônia do grande capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas e da ampliação da infra-estrutura econômica, pelo governo”³.

2 — como contrapartida da concentração fundiária e de capital, produziu-se a exclusão de amplos setores sociais, que passaram a perder a posse, a propriedade ou o uso da terra.

A diversidade de situações em que se encontravam os verdadeiros produtores agrícolas impedia a proposição de soluções que emanassem de sua solidariedade e de suas lutas contra o processo que os espoliava.

Uma dessas situações era a do parceiro ou meeiro, considerados por correntes políticas de esquerda do país remanescentes das situações

² MARTINS, José de Souza. *Caminhada no clarão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 79.

³ *Idem*, *ibidem*, p. 80.

feudais, haja vista a concepção evolucionista e etapista que dominava esses grupos políticos. A meação, via de regra, caracterizava-se por uma situação de venda da força de trabalho, diferente da parceria, configurada como forma de pagamento da renda da terra *in natura*, em vez de o ser em dinheiro, como é o caso do arrendamento capitalista.

Entretanto, a parceria em São Paulo pode ser entendida também como uma simples relação de emprego, constituindo a "meia", que cabe ao trabalhador, remuneração de seu trabalho, sob a forma de salário em dinheiro. Assim, sob diferentes formas ou nomenclaturas, alguns trabalhadores rurais não podiam ser considerados proletários, no sentido do direito, pois não usufruíam dos benefícios do contrato de trabalho. Outros, cuja relação básica se dava com a terra, através da sua posse ou mesmo da sua propriedade, tinham sua situação ainda mais indefinida. As constantes disputas e investidas do Estado, de empresas e de proprietários que utilizavam grileiros e jagunços para agirem sobre as posses, faziam com que os vários grupos sofressem com a desagregação e a exclusão, um processo ainda mais desumano de miséria.

Além dessas, há fórmulas camufladas de exploração do camponês, como os contratos e empreitas. Ao longo dos anos 50, a situação foi-se agravando, resultando em marchas, mobilizações e denúncias dos expropriados que, paulatinamente, buscavam fórmulas alternativas para enfrentar o grande capital.

Através de Ligas Camponesas, da ocupação de terras pela luta armada, da formulação de bases federativas agrárias na estrutura sindical, ou de movimentos de agricultores sem terra, a resistência camponesa se fazia frente ao processo político em curso. Contando com aliados em partidos de esquerda ou parlamentares, ganhando espaço nas lutas estudantis ou mesmo nas organizações sindicais, o tema da Reforma Agrária começou a ter adeptos, ao mesmo tempo em que um novo quadro de alianças conservadoras se constituía.

ACIRRAMENTO DO MODELO E SUA PERVERSÃO

As várias críticas às oligarquias latifundiárias e a defesa do discurso "modernizador" uniram-se num mesmo projeto. Aliança entre o velho e o novo como faces de uma mesma moeda e disputa intensa pela

concentração fundiária faz a força histórica da dominação política e da desagregação do trabalhador em suas lutas contra o capitalismo brasileiro.

As reformas de base foram a justificativa autoritária que os militares encontraram em defesa da conservação. Para esse grupo era preciso “desideologizar” a Reforma Agrária e, como pano de fundo, criaram algumas instâncias burocráticas para cadastrar e regular o tamanho, o sentido e a posse da terra. A partir da Superintendência da Reforma Agrária, criou-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, para finalmente se constituir o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: não apenas como siglas que se alternavam, mas como estruturas de controle da área rural e como mecanismo de policiamento e militarização da questão Agrária.

De 1964 (Golpe Militar) até 1974, os planos do grande capital foram paulatinamente se realizando no que há de produtivo e de especulativo no processo.

Ao trabalhador rural destinaram o Estatuto de 1962, publicado em 02/03/63, que transferia parte da estrutura do direito do trabalho urbano ao rural. Direito de salário por trabalho permanente e previdência social. Entretanto, excluía aqueles que também possuíam contrato temporário e aqueles que, como meeiros ou parceiros, viviam a relação empregador/empregado, mas não eram reconhecidos como tal. Os que atuavam como contratados e possuíam condição de moradores foram sendo dispensados, devido à elevada tributação fiscal para os empregadores e aos encargos sociais, e acabaram perdendo a condição de moradores, fenômeno que possibilitou o aparecimento dos bóias-frias, contingente intenso nas regiões Sul/Sudeste e parte do Nordeste.

Ao lado do Estatuto do Trabalhador Rural, foi criado, em 1964, o Estatuto da Terra, que, apesar de definir o caráter social da propriedade, permitiu sua concentração, tanto para proprietários individuais, empresas capitalistas e mesmo para obras estratégicas do Estado (construção de usinas hidrelétricas, reservas mineralógicas, treinamento de forças armadas etc.).

Para incrementar a plataforma do crescimento econômico, os governos militares, através de poupanças externas (endividamento do país) ou falsas (emissões externas), passaram a se apropriar de áreas para a construção de barragens, criando um novo grupo de sem-terras: o dos desapropriados para as usinas hidrelétricas.

Essa ocupação intensiva e predatória de áreas florestais atingiu as reservas indígenas, que passaram a ser deslocadas, divididas pelos traçados das rodovias, invadidas por garimpeiros, grileiros, jagunços, situação que provocou a disseminação de doenças, a desagregação dos grupos tribais e o desaparecimento de culturas inteiras e ramos lingüísticos.

Essa desagregação atingiu tanto o coração da Floresta Amazônica, colocando em conflito seringueiros e índios, que por mais de uma década lutaram entre si, até conseguirem se articular em torno da defesa da floresta, como o extremo sul do país, na região entre Passo Fundo e Cruz Alta, quando posseiros e índios foram desagregados para a construção da barragem de Passo Real.

A violência do grande capital atingiu formas de primitivismo e barbárie. Do tocamento na mata e das queimas de povoados à noite, os assassinatos passaram a ser realizados à luz do dia, com a conivência de juízes, da Polícia Federal, do governo etc. A impunidade salvaguardou os crimes do latifúndio e o latifúndio, mas produziu experiências novas de resistência social, de solidariedade grupal em torno de movimentos sociais que têm um novo conteúdo político e histórico.

O SUL DO PAÍS E A ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Nesse processo, algumas alianças foram sendo constituídas entre posseiros, ex-proprietários, trabalhadores rurais e grupos indígenas. Uma forma de luta que não passava mais pelas lideranças partidárias (via de regra aprisionadas pelas forças repressivas) passou a nascer apoiada pelas Igrejas partidárias da Teologia da Libertação.

Devido em grande parte à desarticulação dos vários grupos políticos, como os PCs, a Igreja passava a ser o lugar das reuniões, dos encontros, das relações sociais. Passava a ser também a frente de luta que organizava apoio institucional à causa dos camponeses. Através da Comissão Pastoral da Terra, do Conselho Indigenista Missionário, da Comissão Justiça e Paz, da Comissão dos Direitos Humanos, os camponeses passaram a encontrar instrumentos, informações, recursos para garantir uma frente de defesa legal.

Este foi um dos elementos fundamentais nas lutas no Rio Grande do Sul, marco do novo movimento, que se iniciou na Encruzilhada do

Natalino, na luta dos Afogados, que deram início a novas articulações contra o Estado e os latifundiários.

Encruzilhada do Natalino

No município de Ronda Alta, fronteira com Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo, ocorreu o primeiro processo de luta pela terra depois do golpe militar de 1964. Região produtora de grãos, fora estimulada pelo governo a mecanizar a produção, fator que somado ao aumento do preço da soja forçou a concentração de terras e de capitais, "liberando" grande parte dos trabalhadores rurais e arruinando camponeses e pequenos proprietários. Estes decidiram ocupar a Encruzilhada do Natalino, que liga Ronda Alta a Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Em março de 1981, cerca de 500 famílias de agricultores sem terra acamparam no local. Originários de Sarandi, Ronda Alta, Constantina, Nonoai, Rodeio Bonito, Planalto, Iraí, Rondinha e Liberato Salzano, esses arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, peões de granja e filhos de pequenos agricultores seguiram para o Natalino depois de perderem suas terras.⁴ Devido à mecanização da agricultura, ao conseqüente processo de concentração da propriedade e da política agrícola que se voltava para a agroindústria de exportação, esse grupo foi reduzido à condição de sem terra, sem teto e sem trabalho.

Articulados pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/RS), os agricultores instalaram-se em mais de um quilômetro de estrada, amontoando-se em barracas de lonas, de capim, de pedaços de madeira, de sacos de cimento e de adubos, pendurados nos barrancos.

Como os recursos dos agricultores quase não existiam, a Pastoral organizou campanhas de apoio, e em Porto Alegre obteve um caminhão com agasalhos e mantimentos; de Guaporé, receberam alimentos; da Diocese de Chapecó em Santa Catarina 5 mil quilos de farinha, mil quilos de açúcar e sal, e, obrigando-os a ocupar a Encruzilhada de Passo Fundo, a Cáritas local recebeu inúmeros agasalhos, suficientes para o

⁴ *Sem Terra*, Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, nº 1, maio, 1981; *Folha de S. Paulo*, 01/09/81.

primeiro período, sendo preocupação dos organizadores arrecadar mais para o inverno...⁵

As condições dos acampados e a carência de acomodações e alimentos provocavam outras necessidades como a assistência médica e de saúde. O hospital da Ronda Alta distava 18 km do acampamento, e mesmo assim não possuía infra-estrutura para toda essa população. Com isso, as lideranças passaram a negociar com o governo rio-grandense a instalação de um posto médico no local. O acampamento organizava-se em comissões. A central, formada por 8 membros, reunia-se todas as noites para organizar as informações e articular as formas de pressão para a negociação junto ao INCRA. A comissão de donativos recebia o material arrecadado e o distribuía entre as várias famílias. A comissão de saneamento cuidava da coleta de água, do lixo e dos esgotos. Além disso, o acampamento dividia-se em pequenos grupos de discussão e reflexão. Tomando cuidado de registrar num diário todos os acontecimentos que envolviam as suas vidas, os acampados escreviam sua própria história, premidos pela violenta pressão em que viviam.

Procuravam os sindicatos de Passo Fundo e Ronda Alta (Sindicato de Trabalhadores Rurais) com o objetivo de conseguir espaço nas emissoras de rádio local para divulgar o movimento. Foi com essa finalidade que criaram o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, hoje jornal do MST.

O acampamento na Encruzilhada do Natalino provocou a ira do governo, que por várias vezes enviou tropas de policiais militares para ameaçá-los ou aviões e helicópteros que sobrevoavam os barracos, atemorizando seus ocupantes. Além disso, policiais civis infiltravam-se nas reuniões, cultos e procissões, tentando tumultuar sua organização. Inúmeras denúncias de provocações são relatadas pelos acampados, que permaneceram, inicialmente, mais de dois meses à espera de abertura de negociações com o governo.

Após inúmeras tentativas de negociação, o governo do Rio Grande do Sul ofereceu apenas emprego para um pequeno número de agricultores nas estações experimentais. O INCRA por sua vez queria dividi-los e levá-los para Mato Grosso, Acre, Roraima e Serra do Ramalho, na Bahia.⁶ Os colonos recusavam os oferecimentos, uma vez

⁵ *Sem Terra*, n.º idem.

⁶ *Sem Terra*, n.º idem.

que, orientados pela Pastoral, conheciam os resultados dessas ofertas: os gaúchos, que nos anos 70 migraram para Mato Grosso e Goiás, perderam o que tinham e foram novamente expulsos depois do trabalho realizado na frente de expansão. Conheciam também as experiências daqueles que no Nordeste realizaram trabalho nas estações experimentais: um instrumento de desarticulação do grupo de gaúchos servindo para reafirmar as frentes de trabalho temporárias.

Com apoio da Pastoral conseguiram documentação comprovando que o INCRA não pretendia resolver os problemas dos Sem Terra, uma vez que oferecia transferência para a Serra do Ramalho, onde os próprios baianos estavam sendo expulsos da área devido à construção da barragem de Sobradinho. A Prelazia do Acre-Purus denunciava o Projeto de Colonização do Peixoto, no Acre, pois os posseiros daquele Estado não haviam ainda recebido lotes. Quanto à oferta de terras em Roraima, os colonos recusaram por serem terras de pastagens, propícias à pecuária, exigindo muitos recursos para sua manutenção e altos investimentos.

O presidente do INCRA, Paulo Yokota, insistia na inexistência de terras no Rio Grande do Sul⁷, e os camponeses representados por Olmiro de Jesus Ferreira, Saul Marchiori, Iraci Pezenalto e Lureci de Fátima Oliveira, apresentavam a listagem das terras existentes na região, resultado de um levantamento realizado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

Por esse levantamento, os Sem Terra apresentavam ao INCRA uma relação das áreas, contendo preços e condições de pagamento das terras postas no mercado em todo o Estado. Foram apontadas Cachoeira do Sul, Palmeira das Missões, Ronda Alta, Nonoai e Passo Fundo, como regiões com terras disponíveis, através de anúncios ou imobiliárias. Esse levantamento colocava os representantes dos acampados em posição ofensiva, podendo refutar os argumentos do presidente do INCRA, que frente a dados objetivos e bem documentados não poderia tomar outra atitude, senão suspender as negociações, uma vez que optava por "vencer os acampados pelo cansaço e assim vergar a resistência camponesa". Mas, a cada impasse, mais a comissão pastoral ativava relações com seus militantes, que, convencidos da importância daquela ação, conseguiam

⁷ Zero Hora, 12/05/81, p. 23.

cada vez maior apoio para os lavradores ⁸.

Enquanto esperavam negociar com o INCRA e com o governo do Rio Grande do Sul, os acampados do Natalino estudavam o Estatuto da Terra, os demais decretos que definiam a questão agrária e a Constituição de 1967. O objetivo era entender os instrumentos legais disponíveis e as brechas através das quais procurariam atuar para forçar as negociações com o governo.

Apoiados no Documento de Itaici de 1980, destacadamente o ponto 6 que enfatizava a necessidade de os agentes pastorais “não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e as angústias, as lutas e as esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra”, ⁹ chegavam ao acampamento freiras, jovens e missionários procurando “animar a luta” dos colonos, evitando que a desesperança e o cansaço os fizessem recuar.

Todas as tardes, às 17 horas, eles se juntavam no centro do acampamento junto à cruz, para rezarem e refletirem sobre seu sofrimento, comparando-o com a Paixão de Cristo, onde permaneciam em oração e recebiam apoio dos sindicatos, entidades e Igrejas. Procuravam se fortalecer para forçar as autoridades a cumprirem as leis existentes ou ainda alterá-las, se necessário, e obterem a terra.

As diversas dioceses começaram a organizar abaixo-assinados enviados ao governador, exigindo solução para o problema de Ronda Alta. Foram remetidos documentos do município de Santiago, com 1983 assinaturas; do município de Torres, com várias centenas de assinantes, e uma moção aos bispos que não estavam apoiando os Sem Terra, “para perderem um pouco do prestígio frente aos grandes e apoiarem os pequenos”. ¹⁰

A situação ficou ainda mais tensa quando em 29/06/81 morreu uma criança de 4 meses por falta de atendimento médico. No enterro da pequena Loivaci Pinheiro, Adelir, uma camponesa triste, cantava um lamento exprimindo os sentimentos e a consciência camponesa em luta:

⁸ Apoiavam com víveres, serviços, rezas ou trabalhos as seguintes comunidades: Católica da Lomba do Tucumã; Grupo de Jovens do Viamão; Seminaristas do Viamão; Católica Nossa Senhora da Saúde, de Teresópolis; Comunidade de Base de Vila Duque de Caxias, em São Leopoldo; Comunidade de Vila Fátima, em Cachoeirinha, e Comunidade Vila Restinga etc. *Sem Terra*, nº 2, maio de 1981.

⁹ “A Igreja e o problema da terra”. *Documento de Itaici*, 1980.

¹⁰ *Sem Terra*, Boletim nº 4, 11/6/81.

(...) Governo pense um pouco
Nessa nossa situação
Dai-nos terra para o trabalho
Pra não nos faltar o pão
Pois tendo todo o conforto,
Os filhos não choram, não...¹¹

O sofrimento desses camponeses revoltados se transformou em força de resistência e permitiu que mais apoio de inúmeras comunidades cristãs chegasse. Para registrar esse apoio os camponeses retiraram a cruz que estava plantada no chão e suspenderam-na com estacas, significando a solidariedade recebida. A cruz estava assim mais leve, carregada pela comunidade cristã que, tanto na dor, como também no amor e na alegria, se unia para ajudar os camponeses. Estes, no acampamento, podiam ouvir, nas horas de descanso, as notas das cantigas tocadas pelo gaiteiro e pelo sanfoneiro. Mas a situação era tensa, pois ali morreram mais duas crianças.

Esse era o clima vivido por esses homens ao procurarem constituir novas relações afetivas nas mais difíceis e precárias condições de vida, descobrindo no acampamento o sentido da união, de estarem juntos e de enfrentarem juntos as dificuldades da vida.

Tratava-se de uma nova experiência que reunia os vários grupos, colocando como desafio a superação dos limites do pessoal, do individualismo, produzindo uma nova maneira de viver, fortalecendo o grupo com a possibilidade e a esperança de obterem juntos solução para o impasse, uma vez que os fortaleciam, e o apoio que recebiam dos mais variados lugares o animavam.

As manifestações de apoio ampliaram-se e vários cultos ecumênicos foram realizados no Rio Grande do Sul a fim de ajudar os acampados. D. Pedro Casaldáliga foi até o acampamento levar a solidariedade dos posseiros da Prelazia de São Félix do Araguaia. A Cáritas recebeu da Holanda 2,5 toneladas de leite em pó, o que permitiu alimentar mais adequadamente as crianças. O presidente nacional da CPT, Frei Marcelo de Souza, visitou o acampamento, dando ajuda financeira aos colonos.

Em julho, os acampados enviaram ao governo uma listagem destacando as áreas onde queriam ser assentados: 1) granjas da Fazenda

¹¹ Idem, ibidem.

Sarandi, já desapropriada para reforma agrária, mas distribuída de forma injusta por Fernando Gonçalves, presidente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, que titulou 5.800 hectares para apenas 52 pessoas; 2) Fazenda Santa Rita, com 1.900 hectares, de proprietários italianos que não moravam no Brasil; 3) Fazenda dos Judeus, com 2 mil hectares, em Ronda Alta, cujos proprietários eram de Erechim e já tinham oferecido ao governo a terra para compra; 4) Fazenda dos Irmãos Guerra, com mais de 9.900 hectares semi-abandonados; 5) Fazenda Annoni, com mais de 9 mil hectares, que desde 1972 encontrava-se em processo de desapropriação, para abrigar os "afogados", sem terras, desalojados pela construção da barragem de Passo Real.

Com essa listagem, enviaram ao governo uma nota explicativa, denunciando a estratégia que ele utilizava para ganhar tempo, exigindo solução imediata para o conflito. O movimento cresceu e em 25 de julho, dia dos agricultores sem terras, mais de 15 mil pessoas concentraram-se na Encruzilhada do Natalino. O objetivo dessa concentração era pressionar o governo a negociar com os sem-terra e dar estímulo aos acampados. D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho, fez a celebração e conclamou a resistência. Três varas, com três panos brancos, simbolizavam as crianças mortas.

O governo enviou no dia 30 de julho o tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, conhecido como "Major Curió," com sua tropa e transformou o acampamento num "campo de concentração".¹²

Foram expulsos os grupos solidários: sindicatos, CONTAG, FETAG, Comunidades Eclesiais de Base, associações etc., controlada a entrada e saída do acampamento, proibida a remessa de agasalhos, alimentos etc. O governo resolveu prover o acampamento com víveres, como forma de acuar o movimento, controlando o acesso e a sobrevivência.

Essa militarização do acampamento forçou a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul a realizar um levantamento de áreas de terras colocadas à venda no Estado. Baseados em anúncios classificados e telefonemas para escritórios imobiliários, os deputados localizaram 123.437 hectares, ou seja, meio por cento das terras do Estado estavam colocadas à venda.¹³

¹² *Sem Terra*, Boletim nº 10, ago. 1981; *Folha de S. Paulo*, 17/11/81.

¹³ *Sem Terra*, Boletim nº 11, set. 1981; *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/03/1982.

Os bispos do Rio Grande do Sul, reunidos em Passo Fundo, publicaram um documento exigindo o assentamento das famílias acampadas em solo gaúcho. Propuseram a redução do módulo agrícola que estava definido em 22 hectares, na Fazenda Annoni, para 12,5, redução esta que assentaria 700 famílias e não apenas as 268 oriundas da barragem de Passo Real.

O INCRA inicialmente recusou, afirmando ser essa uma forma de minifundizar ainda mais a propriedade rural gaúcha. Entretanto, como os projetos de assentamento que o governo gaúcho realizara nas fazendas Macali e Brilhante variavam em torno de 12 a 14 hectares, o INCRA teve que mudar a linha de argumentação. A área poderia ser menor e o próprio governo já havia autorizado módulos agrícolas de 12 hectares.

Outra solução apontada pelos bispos era a aquisição de terras com repasse dos custos para os colonos. Os bispos ainda apontavam, como alternativa, as terras que o próprio Exército colocara em licitação para arrendamento agropecuário. Parecia aos bispos que o Exército não precisava das terras, que poderiam assim ser desapropriadas.

A Igreja continuava pressionando o governo para solucionar o conflito em bom termo, e nessa linha de ação D. Paulo Moretto visitou os acampados, concedendo entrevista ao *Correio Rio-Grandense*, afirmando que a Regional Sul da CNBB estava ao lado dos acampados esforçando-se junto ao governo por solucionar pacificamente a contenda.

Em agosto, cerca de 137 padres rezaram na Encruzilhada do Natalino. A missa homenageava a resistência dos acampados, que já há 6 meses permaneciam na estrada, enfrentando as maiores dificuldades. Para que os padres entrassem no acampamento, o "Major Curió" identificou a todos, fazendo-os esperar por longas horas. Os padres reafirmaram os documentos dos bispos e uniram-se na luta pelo assentamento dos colonos. Solidários à mensagem que a CPT enviará aos colonos Sem Terra do Natalino e ao telegrama de apoio assinado por 27 bispos representando as várias regiões do Brasil, os padres procuraram permanecer no acampamento. Em apoio à luta do Natalino a primeira CONCLAT — Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras —, realizada na Praia Grande, em São Paulo em 1980, enviou um documento aos bispos e às autoridades do Rio Grande do Sul e do INCRA.

As manifestações continuavam num crescendo, com mais abaixo-assinados e outra mensagem de D. Pedro Casaldáliga, que afirmava: "Vocês agora estão vivendo um momento de encruzilhada mesmo. O

egoísmo dos que acumulam a terra em suas mãos e a prepotência da segurança nacional, amasiada com eles, querem fechar para vocês o caminho da lei. Abram os olhos e enxerguem além da encruzilhada. Façam o dia de hoje e façam o dia de amanhã...¹⁴

Em outubro, o Papa João Paulo II telefonou a D. Ivo Lorscheider para obter notícias dos acampados. Mesmo assim, a pressão contra o grupo continuou, culminando com a remoção do padre Arnildo Fritzen do acampamento, acusado de comunista, porque exercia grande liderança em Ronda Alta.

Nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 1981, em São Leopoldo, ocorreu o II Encontro Inter-Eclesial das Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul. Consideraram-se sob o signo de Ronda Alta e, após debates e reflexões sobre a luta no Natalino, qualificaram-na como a luta de todos os camponeses gaúchos e organizaram uma comissão para ir a Brasília participar de um encontro de sindicalistas e entregar seus documentos ao Congresso, ao INCRA e ao Palácio do Planalto. Mesmo assim nenhuma solução foi apontada.

Em 18 de janeiro de 1982, o governador Amaral de Souza (RS) foi a Ronda Alta inaugurar uma nova agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Ele se recusou a ir à Encruzilhada do Natalino; no entanto, vieram ao seu encontro 80 colonos com faixas reivindicatórias, cantando "a classe roceira e a classe operária, ansiosas esperam a Reforma Agrária". Enquanto o governador discursava acusando os agentes da Pastoral de estarem "pregando o falso Evangelho, instigando a vagabundagem e a desordem",¹⁵ a maioria da platéia cantava a canção dos Sem Terra. O governador afirmou que mandaria tirar do acampamento a Irmã Aurélia, que prestava assistência aos acampados, agentes pastorais da paróquia e da CPT, e ainda se manifestou contrário ao padre Arnildo Fritzen. Para proteger o padre, ameaçado pela Lei da Segurança Nacional e a irmã, pela Lei dos Estrangeiros, a diocese retirou ambos do Natalino. Além das tropas policiais, chegaram ao local jagunços armados para ameaçarem os camponeses.

Em fevereiro de 1982 realizou-se a V Romaria da Terra rumo ao acampamento. Em Itaiaci (SP), reuniram-se 230 bispos, de 9 a 18 de feve-

¹⁴ Carta de D. Pedro Casaldáliga aos acampados de Ronda Alta. *Sem Terra*, Boletim nº 11, set. 1981.

¹⁵ *Sem Terra*, Boletim nº 17, jan. 1982.

reiro. Reafirmou-se a necessidade de uma ação mais efetiva das Igrejas no apoio às 300 famílias que resistiam no acampamento. Assim, a Romaria da Terra ocorria ao mesmo tempo em que o CONIC — Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e o INCRA reuniam-se para discutir a questão.¹⁶

Como nada foi resolvido, a CNBB assumiu o pagamento de uma área de aproximadamente 100 hectares para onde rumaram as 207 famílias remanescentes do Natalino. A área foi nomeada pelos colonos como Nova Ronda Alta, mas era claramente insuficiente para o sustento dessas famílias. A Igreja antecipou o pagamento para aliviar o impasse e a tensão existente em Ronda Alta e evitar um massacre, depois que a Brigada Militar invadiu o Natalino. Na carta que enviou ao movimento, a Igreja afirmava estar apenas animando os camponeses, para que estes, recuperados em sua forças, retomassem a luta por um direito legal firmado no Estatuto da Terra e não cumprido pelo governo. Os 25 milhões de cruzeiros que a CNBB adiantou seriam recuperados através de uma ampla campanha nacional envolvendo as várias Igrejas, os sindicatos e as inúmeras entidades da sociedade civil, que apoiavam os camponeses.¹⁷

Por sua vez, os camponeses de Ronda Alta organizaram um abaixo-assinado com mais de oito mil assinaturas (quase toda a população local), em apoio aos padres Arnildo e Hilário Fritzen, ameaçados de serem processados e afastados de suas funções pastorais. Os acampados haviam adquirido grande experiência e agilidade. Enquanto estavam na Encruzilhada do Natalino, articulavam o apoio aos representantes da Igreja e ao mesmo tempo organizavam internamente os núcleos de produção e moradia. Nova Ronda Alta dividia-se em sete núcleos, cada um com 30 famílias em média. Construíram um barracão para o centro comunitário e para a escola. Os animais e a grande horta destinavam-se a todos. As decisões sobre produção, comercialização e saúde se faziam através da Assembléia do Povo, órgão máximo de decisão. Cada núcleo possuía um líder, que levantava os problemas e os encaminhava à Comissão Central, composta por doze membros. A

¹⁶ Participaram da reunião pelo CONIC: Arthur Kratz, bispo-primaz da Igreja Episcopal do Brasil; D. Ivo Lorscheider, Presidente da CNBB; Janos Apostol, Presidente da Igreja Cristã Reformada do Brasil; Augusto Kunert, Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil; Sady Machado, Bispo-presidente da Igreja Metodista, e Augusto Dalvit, assessor de comunicação da Regional Sul-3, da CNBB.

¹⁷ Carta da Regional Sul-3, da CNBB. In: *Sem Terra*, Boletim nº 19, abr. 1982.

segurança e os serviços comunitários eram realizados por rodízios de um dia de trabalho por semana de cada família, existindo ainda as equipes de rancho (refeitório). Esse novo assentamento foi reorganizado seguindo a orientação da Pastoral.

Percebe-se claramente o papel de orientação e organização das instâncias religiosas constituídas através da ação direta da CNBB e paróquias e da ação da CPT e Cáritas. Essa estrutura permitiu a formação de grupos de trabalho bem organizados, que puderam realizar o assentamento das 207 famílias que resistiram. A solução final ocorreu em setembro de 1983, quando o governo do Estado adquiriu 4 áreas, num total de 1870 hectares, para serem pagas em 15 anos, com três de carência. Parte do grupo do Natalino, entretanto, continuou sem terra.

Foram quase mil dias de luta, de abril de 1981 a setembro de 1983; inúmeras viagens pelo Brasil afora, para trocar experiências, buscar apoio e solidariedade. Foram 10 os mártires de Ronda Alta, entre crianças e adultos, que não resistiram às precárias condições de vida desses três anos de conflito. Foram agredidos, perseguidos, caluniados e tiveram seu acampamento atacado pela polícia, que jogou bombas de gás nos trabalhadores. Mesmo assim, resistiram e lutaram por um direito que aprenderam a reconhecer nesses muitos anos de organização e reflexão. Antonio Campigotto, um dos líderes dos sem-terra, afirmou que "a luta de Ronda Alta foi muito importante sobre todos os aspectos. Em primeiro lugar para a gente perceber que é através do povo, da sua organização, que se vai conseguir alguma coisa. Antes a gente esperava pelos políticos..."¹⁸ Foi também importante, pois permitiu que essa experiência fosse retomada nas cantigas, na alfabetização e também nas histórias contadas aos jovens. Os novos assentados procuraram coordenar todas as instâncias de sua vida e definiam com o mesmo grau de importância tanto o controle sobre a comercialização de seu excedente de produção, como a escolha de professores para a comunidade, entre aqueles que participaram das lutas. Os temas Reforma Agrária e Terra tornaram-se centrais em todos os níveis de experiência, constituindo a base da educação das manifestações culturais que realizam para relembrar suas lutas e apoiar as de outros grupos que lhes pedem ajuda.

¹⁸ Depoimento de Antonio Campigotto. *Sem Terra*, Boletim nº 33, nov. 1983.

Afogados

Na região limite entre Cruz Alta e Santa Maria, em 1970, mais de 300 famílias de lavradores foram desalojadas de suas terras, pelas águas de barragem do Passo Real (RS). A barragem, construída pela Eletrosul, deveria ampliar o sistema de energia elétrica na região, sendo de responsabilidade da companhia o reassentamento das famílias desalojadas.

Essas famílias, denominadas “afogados”, por terem tido suas terras alagadas, passaram a viver perambulando pela região à espera do novo assentamento. Ocorre que a Eletrosul alegando ser incompetente para resolver os problemas dos “afogados” remeteu a questão ao INCRA, que por sua vez, dado o caráter burocrático do órgão, demorou dois anos para definir a área de desapropriação e reassentamento.

Tratava-se da Fazenda Annoni do Rio Grande do Sul. Parte dessa área deveria ser ocupada pelos desabrigados e, para isso, o INCRA desapropriou 3.600 hectares aproximadamente, onde seriam alojados os acampados de Passo Real. Entretanto, os proprietários recorreram judicialmente, iniciando-se um longo e moroso processo, durante o qual os “afogados” não poderiam se instalar na área designada pelo poder público. Foram dez anos de “empurra-empurra”, como os próprios colonos definiam a questão. Os “afogados” passaram a ser encaminhados ora para o poder federal, ora para o estadual, ora para a Eletrosul ou ainda para o INCRA. Os anos iam passando e essas famílias de agricultores tornaram-se pedintes ou mendigos de beira de estrada. Das 500 cabeças de gado que possuíam, restavam apenas as lembranças dos tempos anteriores à barragem.

Esse grande grupo de Sem Terras acompanhou as lutas dos camponeses da Encruzilhada do Natalino, e com eles, mais o apoio da Pastoral da Terra, passou a preparar a ocupação da Annoni. Em maio de 1982, criaram a Comissão dos Sem Terra de Passo Real com o objetivo de organizarem as comunidades rurais, recrutando as 300 famílias que haviam se espalhado pelo Rio Grande do Sul.¹⁹

Para marcarem sua posição, organizaram, com apoio da CEBs local, uma manifestação em frente à Federação dos Trabalhadores da

¹⁹ *Sem Terra*, Boletim nº 23, maio 1982.

Agricultura (FETAG). Da Federação, seguiram ao Palácio do Governo para que o governador firmasse compromisso com os camponeses sem terra e ativasse as providências. A manifestação fez com que o ministro Danilo Venturini fosse ao encontro dos Sem Terra, para estabelecer negociações.

Nesse encontro, uma camponesa, Joaquina Oliveira, propôs ao governo que arrendasse 1.000 hectares para promover o assentamento dos colonos. Assim, temporariamente instalados, poderiam aguardar o litígio sobre a desapropriação.

Em setembro de 1982 realizou-se em Goiânia o I Encontro Nacional do MST, no qual foi eleita a coordenação regional do Movimento. Elencou-se como tarefa central a resolução dos problemas dos "Afogados", que haviam ocupado a Fazenda Annoni. Das 30 regiões do Brasil já articuladas ao MST irradiava-se, como tarefa urgente, garantir, apoiar e até animar a luta, além de estabelecer compromisso em divulgar as denúncias sobre os crimes e demais atos de violência cometidos contra os colonos.

Essa ação se desenrolava em meio a uma ampla campanha contra a ala da Igreja, partidária da Teologia da Libertação, que se articulava por todo o país. Os veículos da grande imprensa, especialmente o jornal *O Estado de S. Paulo*, davam cobertura exaustiva às notícias difamatórias, entre as quais as que se referiam ao recebimento de recursos estrangeiros por parte da Igreja. As respostas da CNBB foram claras, nomeando inclusive as entidades que financiavam a ação pastoral e seu valor.²⁰ O chefe do Estado-Maior do III Exército, General José Apolônio da Fontoura Rodrigues Netto, procurava responsabilizar os religiosos pelos conflitos de terras tanto do Natalino, quanto dos "Afogados".²¹ Afirmava que a recusa dos sem-terra em aceitar a transferência para Mato Grosso devia-se à Igreja. De certa forma estava correto, não pelo que dizia, mas pelo que permanecia oculto em seu discurso. As informações documentadas pela ação da CPT evitavam que os colonos fossem mais uma vez ludibriados com os projetos de colonização do INCRA. O que as forças policiais não podiam permitir era que os camponeses passassem a viver uma situação de desobediência às ordens do Estado.

²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 28/01/1982.

²¹ *O Estado de S. Paulo*, 17/02/1982.

A Igreja por sua vez procurava, pelo exemplo, apontar a omissão do Estado. Acusada de ser grande proprietária de terras, a instituição decidiu enfrentar o problema e realizar nelas a Reforma Agrária. Na reunião de Itaici²² foi feito um levantamento das terras da Igreja, incluindo as "terras de Santo" (doações de parcelas de terras ao santo padroeiro). O resultado foi um quadro efetivo a ser regularizado, uma vez que a maior parte das terras já estavam ocupadas por posseiros. A CNBB entendeu ser necessário definir se os títulos seriam conferidos às comunidades organizadas ou a proprietários individuais. A Conferência Nacional dos Bispos temia que com títulos individuais pudesse aumentar a especulação de terras, já muito intensa no país. Foi diante dessa situação que, em Ronda Alta, a Igreja antecipou o pagamento da área para pré-assentamento e, também, procurou orientar os colonos a ocuparem parte da Fazenda Annoni, já que fora destinada pelo governo para este fim.

Os "afogados" resistiram e permaneceram na Annoni, procurando rapidamente demarcar lotes e plantar alguns grãos. A regional Sul 3 da CNBB e a coordenação provisória dos MST, criada em 1983 em Chapecó,²³ procuraram promover o apoio à essa ocupação, organizando os grupos de trabalho, estimulando a doação de gêneros de abastecimento e implementos agrícolas. Os "afogados", mesmo tendo realizado grande esforço, não conseguiram plantar todo o lote, ou por falta de sementes, ou porque estavam divididos entre o plantio e a defesa da ocupação.

Essa situação provisória e a indefinição legal sobre a posse da terra impediam que o grupo pudesse produzir e paulatinamente obtivesse a autonomia para sua produção. Como assentados, eles ficavam sujeitos aos estímulos governamentais na liberação do Seguro Agrícola, que no período constava de apenas 8 itens. Esse crédito subsidiado dependia da burocracia ou da vontade do poder público, que havia sido questionado

²² Reunião da CNBB, Itaici, São Paulo, fev. 1982.

²³ Em julho de 1982, no município de Medianeira (Paraná), realizou-se um encontro regional e em setembro em Goiânia o I Encontro Nacional, com 17 estados presentes. Foi aí que ficou decidida a criação de uma Comissão Regional Provisória, com sede em Chapecó, composta por 2 lavradores de cada Estado, que se reuniria a cada 3 meses. Por esse trabalho de coordenação o movimento dos Sem Terra passava a estabelecer uma instância organizativa própria do grupo, articulando propostas, experiências e solidariedade. O Boletim se tornou um Jornal, com uma equipe definida para produzir e divulgar essa nova prática social.

na resistência até então empreendida. Essa contradição permite perceber como esses grupos permaneciam à mercê das grandes estruturas. A condição emergencial que aceitaram, tanto em Nova Ronda Alta, como na Fazenda Annoni, os impedia de ir adiante, e assim passaram a analisar e a discutir, nos seminários e encontros que fizeram, o tema da Reforma Agrária e as condições em que permaneciam após intensas lutas...

Essa reflexão permitiu que as bandeiras de luta fossem ampliadas, acrescentando-se ao lema "Terra para quem nela trabalha" as reivindicações de uma política agrícola específica para o pequeno e médio produtor, além de "linhas de crédito com juros simbólicos".²⁴

Na Fazenda Annoni muitos dos pioneiros que ocuparam as terras em 1983, depois de mais de dez anos perambulando, não conseguiram agüentar até a 1ª colheita. Os que haviam recebido títulos venderam o lote, ou parte dele, e com o dinheiro compraram grãos para plantar em uma outra área de algum vizinho, com objetivo de depois comprarem uma outra terra. Essa situação exemplifica bem as condições desses assentados e os dilemas e perspectivas de futuro que se apresentavam para todos.²⁵ Foi temendo essa situação de desagregação perante tais dificuldades que os assentados propuseram uma cláusula nos contratos, onde se proibia a venda dos lotes por três anos.

O cerceamento à venda dos lotes, que os próprios assentados propuseram, indica a concepção que os envolvia. Definiam-se como comunidade camponesa, sem muita clareza sobre os problemas de sua inserção numa economia capitalista. A comunidade e as tarefas comuns estavam centradas numa concepção idílica da terra, enquanto natureza e não como meio de produção. De um lado, uma concepção Chayanovista²⁶, e, de outro, uma postura católica, anticapitalista, que terminava levando os camponeses a muitas frustrações, ou mesmo a reproduzir, depois de

²⁴ *Sem Terra*, nº 41, dezembro, 1984.

²⁵ VIANNA, Aurélio, analisa num relatório de pesquisa não apenas as dificuldades dos pequenos agricultores que ocupavam as terras, mas a ideologia contrária à venda ou troca dos lotes, que perpassa o próprio MTS e a UDR, considerando os que o fazem como vagabundos ou especuladores. In: Vianna, *Terra de trabalho terra de negócio, estratégia de reprodução camponesa*, Rio de Janeiro, CEDI, 1990.

²⁶ CHAYANOV, A. R. *Theory of Peasant Economy*, Chicago, American Economic Association, 1977.

anos de resistência, o modelo híbrido que lhes havia sido imposto pelo padrão capitalista brasileiro: parte do tempo camponês, parte bóia-fria, tendo sua identidade dividida em dois mundos.

O mundo camponês com seu tempo cíclico, tempo da comunidade, tempo da religião; o mundo assalariado, com a determinação do tempo linear, da lógica da fábrica. Esse dilema obrigou a coordenação do movimento dos trabalhadores sem terra a enfrentar um diálogo, muitas vezes tenso e incompreensível, com os sindicatos de trabalhadores rurais e a reinventar formas organizativas.

Foi com essa problemática que o movimento dos Sem Terra se aproximou da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul e esta federação apoiou a ocupação da Fazenda Annoni. Várias eram as críticas que procuravam qualificar o MST como um movimento paralelo. Em resposta às acusações da comissão Regional Sul do MST definiu que o movimento "... procura se organizar em núcleos, nas comunidades no interior dos municípios, e formar comissões municipais dos sem-terra, dentro dos sindicatos, mas independentes das diretorias. A maioria dos agricultores sem terra (afirma) são associados dos sindicatos e a orientação é para que todos se associem mesmo. É uma organização dos próprios interessados, dentro do sindicato, para enfrentar a luta concreta, sentida por eles, que é a luta pela terra"²⁷. A preocupação da liderança do movimento era criar uma representação dos próprios interessados no encaminhamento das suas lutas. Não apenas as direções sindicais, mas aqueles envolvidos nos conflitos de terra. Porém, percebiam que as lutas só poderiam ser viabilizadas se colocadas em dois movimentos: um, enfrentando o código civil, pelo direito de propriedade e, outro, a legislação trabalhista.

Essa postura foi apreendida da própria estrutura agrária, onde os diferentes setores da produção se associam para discutir os problemas específicos, ou seja: os interesses dos pecuaristas, dos criadores de porcos, separados dos leiteiros; os sem terras, os atingidos pelas barragens, dos expulsos pelas frentes de colonização etc. Como todos são sem terras, eles devem decidir os mecanismos para obtê-las, e os assalariados as formas de recebê-los. Dessa maneira, a presença dos sem terra nos sindicatos exigia destes maior adequação nas lutas políticas e a ampliação da visão sobre os dilemas produzidos pelas diferenças entre

²⁷ *Sem Terra*, Boletim nº 38, set. 1984.

os vários interesses e necessidades. Essa adequação ainda não se processou inteiramente e desse modo muitas lutas que se realizam no plano legal permanecem indefinidas.

A ação da Igreja, ao estimular a relação com a estrutura sindical, possibilitou que esta se repensasse e provocou profundas alterações nas suas direções e concepções no período mais recente.